



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MENSAGEM N.º 752, DE 2022

(Do Poder Executivo)

Ofício nº 781/2022

Submete à apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que renova permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos: - TVR 48/2023 - Portaria nº 3.857, de 14 de julho de 2017 - Sociedade Rádio Princesa LTDA., no município de Francisco Beltrão - PR; - TVR 49/2023 - Portaria nº 3.087, de 11 de junho de 2018 - Rádio FM 95 Stéreo LTDA., no município de União da Vitória - PR; - TVR 50/2023 - Portaria nº 4.762, de 14 de setembro de 2018 - Rádio Regional Comunicação LTDA., no município de Ribeirão Preto - SP; - TVR 51/2023 - Portaria nº 4.861, de 19 de setembro de 2019 - Bispo Guaporé Radiodifusão LTDA., no município de Nerópolis - GO; - TVR 52/2023 - Portaria nº 139, de 24 de julho de 2020 - Rádio FM Norte Comunicação LTDA., no município de Boa Esperança - ES; - TVR 53/2023 - Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020 - Rádio Clube de Mococa LTDA., no município de Mococa - SP; - TVR 54/2023 - Portaria nº 7.158, de 10 de fevereiro de 2020 - Rádio Aquarela Cearense LTDA., no município de Miraíma - CE.

DESPACHO:

TRANSFORMADA EM: TVR-48/2023, TVR-49/2023, TVR-50/2023, TVR-51/2023, TVR-52/2023, TVR-53/2023 E TVR-54/2023

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR)

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

MENSAGEM Nº 752

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que renova permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 3.857, de 14 de julho de 2017 - Sociedade Rádio Princesa LTDA., no município de Francisco Beltrão - PR;
- 2 - Portaria nº 3.087, de 11 de junho de 2018 - Rádio FM 95 Stéreo LTDA., no município de União da Vitória - PR;
- 3 - Portaria nº 4.762, de 14 de setembro de 2018 - Rádio Regional Comunicação LTDA., no município de Ribeirão Preto - SP;
- 4 - Portaria nº 4.861, de 19 de setembro de 2019 - Bispo Guaporé Radiodifusão LTDA., no município de Nerópolis - GO;
- 5 - Portaria nº 139, de 24 de julho de 2020 - Rádio FM Norte Comunicação LTDA., no município de Boa Esperança - ES; e
- 6 - Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020 - Rádio Clube de Mococa LTDA., no município de Mococa - SP;
- 7 - Portaria nº 7.158, de 10 de fevereiro de 2020 - Rádio Aquarela Cearense LTDA., no município de Miraíma - CE.

Brasília, 29 de dezembro de 2022.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.782-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 01250.015972/2017-76, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV ÔMEGA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 21 (vinte e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Determinar que, no prazo de até nove meses antes da data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, a entidade apresente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 4º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.857-SEI, DE 14 DE JULHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007145/2014-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.036/2017/SEI-MC-TIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00765/2017/CONJUR-MC-TIC/CGU/AGU da Consultoria Jurídica atuante nesta Pasta, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de maio de 2014, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 112, de 25 de maio de 1984, publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 1984.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATOS DE 18 DE JULHO DE 2017

Nº 10.404 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Pousada Fazenda São Francisco do Corumbau Ltda, CNPJ nº 07.082.596/0001-65 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 10.405 - Outorga FUNDACAO CULTURAL nº 14.617.674/0001 Serviço Auxiliar de Programas.

Nº 10.413 - Expediente TOS E SERVIÇOS 40.614.547/0007-97 outorga autorização do serviço.

SUPERINTENDÊNCIA

DESPACHO

O Superintendente, art. 125, § 2º, do Regimento Interno nº 612/2013, torna público que interpostos nos processos administrativos pode ser acessada no site tel.gov.br/instituicao CESSOS nº 53548.000007-10

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO Nº

Processo nº 53554.000007-10 Extingue, por caducidade, a autorização de uso de radiofrequência indicada, a pedido do interessado, exparte da AMBEV, inscrita no CNPJ nº 07.082.596/0001-65.

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 19 DE JULHO DE 2017

Extingue, por caducidade, as autorizações para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão (Código 400), de interesse restrito, expedidas às entidades a seguir relacionadas, nos termos do art. 8º, caput, da Lei nº 5.070, de 07/07/1966, c/c o art. 11, caput, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações nº 29/03/2001. A sanção aplicada não acarreta isenção de eventuais débitos, decorrentes da(s) autorização(ões) anteriormente expedida(s).

Processo	CNPJ/CPF	Nome da Entidade
53542.000334/2017-79	979.335.201-97	ADRIANO FERNANDES DA SILVA
53542.000353/2017-03	226.303.508-78	AMADEU VANNUCCI FILHO
53542.000360/2017-05	356.754.381-49	ARI CESAR SILVA
53542.000372/2017-21	237.178.901-15	CLARIMUNDO ESPINDOLA DE SOUZA
53542.000373/2017-76	838.573.621-20	CLAUDINEI GOMES DA SILVA
53542.000380/2017-78	572.517.201-59	CLÓDOLDO DIAS DE JESUS
53542.000403/2017-44	237.304.041-72	DJALMA APARECIDO GONÇALVES DA CRUZ
53542.000430/2017-17	393.588.871-68	HEBER RAMIRES
53542.000451/2017-32	466.375.831-20	JOSE ARLINDO VASQUES
53542.000473/2017-01	271.758.391-20	JOSE ORLANDO DE ARRUDA
53542.000483/2017-38	728.435.861-00	LEANDRO DOS SANTOS SILVA
53542.000529/2017-19	039.923.828-00	MAURO CESAR CRISTOFANI
53542.000533/2017-87	010.417.281-90	MICHAEL SOARES SILVA
53542.000534/2017-21	076.531.698-64	MIGUEL DA SILVA SCUTA
53542.000571/2017-30	554.331.341-49	VALTER GONÇALVES DOS SANTOS

JOSE

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional Substituto da Anatel nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, nos termos do art. 82, IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos administrativos relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (<http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos>). PROCESSOS nºs: 53545.000981/2016-70; 53551.000532/2016-42; 53542.001541/2016-60; 53548.001890/2016-21; 53548.200371/2015-63; 53545.001235/2016-01; 53542.000368/2017-63; 53542.000441/2017-05; 53542.000422/2017-71; 53542.000450/2017-98; 53542.000411/2017-91; 53542.000510/2017-72; 53542.000433/2017-51; 53542.000570/2017-95; 53542.000432/2017-14; 53542.001177/2017-19.

PAULO AURÉLIO PEREIRA DA SILVA

Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional Substituto da Anatel nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna pública a decisão final proferida no processo a seguir relacionado. A íntegra da decisão pode ser acessada por meio do site da Agência (<http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos>) (PROCESSO: 53539.200198/2015-11; 53536.000007/2016-15; 53536.200176/2015-72; 53000.004724/2010-79; 53536.000693/2015-43; 53536.200076/2015-46; 53536.200078/2015-35; 53539.001176/2015-61; 53539.000081/2016-10; 53536.000642/2010-15; 53536.000707/2010-14; 53539.000572/2016-52; 53; 53539.000817/2016-41; 53539.000929/2016-01; 53532.001292/2016-21;).

RICARDO HENRIQUE FERREIRA CAVALCANTI

GERÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ

ATO Nº

Expede autorização de uso de radiofrequência CNPJ nº 21.126.474/0001-90

GERÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

ATO Nº

Expede autorização de uso de radiofrequência VA, CPF nº 000.900.000-00 Privado e outorga a autorização do serviço

Brasília, 27 de Outubro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.007145/2014-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.036/2016/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 765/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhados da Portaria nº 3.857/2017/SEI-MCTIC, de 14 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 20 de julho de 2017, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de maio de 2014, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. (CNPJ nº 77.812.220/0001-44), nos termos da Portaria nº 112, de 25 de maio de 1984, publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 1984, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Francisco Beltrão, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2938/2018/SEI, DE 11 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53900.050577/2016-51, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 28.186/2017/SEI-MCTIC e nº 10.142/2018/SEI-MCTIC, chanceladas pelo Parecer nº 00603/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 02 de dezembro 2016, a permissão outorgada à Radio Tropical Fm Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Birigui, estado de São Paulo, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 286, de 01 de dezembro de 1986, publicada no Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 1986.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.041/SEI, DE 11 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.049916/2013-57, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 578/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer nº 00613/2018, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 17 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à Portugal Telecomunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Faxinal dos Guedes, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 1571, de 8 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2002, chancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 831, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2003.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.087/SEI, DE 11 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.000252/2018-97, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 7.372/2018/SEI-MCTIC e nº 13.071/2018/SEI-MCTIC, chanceladas pelo Parecer nº 00589/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de junho de 2018, a permissão outorgada à Rádio FM 95 stereo Ltda.,

nos termos da Portaria nº 130, de 10 de junho de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de União da Vitória, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 12 DE JUNHO DE 2018

Nº 324 - Processo nº 53563.000571/2009-81
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 104/2018/SEI/OR (SEI nº 2698591), integrante deste acórdão: a) receber o pedido protocolizado sob o SEI nº 1183971 e julgá-lo prejudicado; b) conhecer da petição extemporânea e indeferir os pedidos nela contidos; e, c) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 325 - Processo nº 53548.000271/2012-96
Recorrente/Interessado: ATALINK SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.-ME

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 114/2018/SEI/OR (SEI nº 2755927), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 13 DE JUNHO DE 2018

Nº 326 - Processo nº 53560.002262/2012-71
Recorrente/Interessado: TV DIÁRIO LTDA.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 109/2018/SEI/OR (SEI nº 2740920), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 327 - Processo nº 53524.000577/2014-82
Recorrente/Interessado: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 106/2018/SEI/OR (SEI nº 2724799), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 328 - Processo nº 53542.001158/2007-11
Recorrente/Interessado: OI S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 105/2018/SEI/OR (SEI nº 2720051), integrante deste acórdão: a) receber o pedido protocolizado sob o SEI nº 1190374 e julgá-lo prejudicado, e, b) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 329 - Processo nº 53504.004261/2012-36
Recorrente/Interessado: NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 83/2018/SEI/OR (SEI nº 2601227), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, a multa aplicada para adequar a Receita Operacional Líquida utilizada na fórmula de cálculo da infração à época do sancionamento.

Nº 330 - Processo nº 53500.210077/2015-14
Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 93/2018/SEI/OR (SEI nº 2650927), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 331 - Processo nº 53532.002490/2009-83
Recorrente/Interessado: AMAZÔNIA CELULAR S.A. TNL PCS S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 119/2018/SEI/OR (SEI nº 2789964), integrante deste acórdão: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado protocolizado sob o SEI nº 1190576 julgando-o prejudicado; b) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, c) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada por meio do Ato nº 5.672, de 3 de outubro de 2012 (fl. 145), mantendo-se a pena de advertência para as infrações aos arts. 26, § 4º, e 40, § 11, ambos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (RSMP), aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007.

Nº 332 - Processo Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES S.A. Acordam unanimidade, nos 2796212), integ Administrativo p

Nº 334 - Processo Recorrente/Interessado: Acordam unanimidade, nos 2730323), integ para, no mérito,

Nº 337 - Processo Recorrente/Interessado: Acordam unanimidade, nos 2803156), integ mérito, negar-lhe

ACÓR

Nº 338 - Processo Recorrente/Interessado: LTDA., OI MOV Acordam unanimidade, nos 2777024), integ Administrativos provimento.

Nº 339 - Processo Recorrente/Interessado: Acordam unanimidade, nos 2780660), integ Administrativo p das Alegações a 2699194) para, n item c.; e, c) re; Despacho nº 6.1

Nº 340 - Processo Recorrente/Interessado: Acordam unanimidade, nos 2754609), integ Administrativo p

ACÓR

Nº 341 - Processo Recorrente/Interessado: Acordam unanimidade, nos 2755168), integ mérito, negar-lhe

Nº 342 - Processo Recorrente/Interessado: MIRANDANET Acordam unanimidade, nos 2768223), integ Administrativo p

ACÓRDÃ

Processo nº 5355 Recorrente/Interessado: Acordam unanimidade, nos 2681074), integ Administrativo p

ACÓR

Nº 345 - Processo Recorrente/Interessado: Acordam unanimidade, nos 2786696), integ Administrativo p ofício, o valor d trâmite deste Pac ali constante.

Brasília, 27 de Outubro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.000252/2018-97, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 7.372/2018/SEI-MCTIC e nº 13.071/2018/SEI-MCTIC, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 589/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhados da Portaria nº 3.087/2018/SEI-MCTIC, de 11 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U de 19 de Junho de 2018 que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 14 de junho de 2018, a permissão outorgada, à Rádio FM 95 Stéreo Ltda., (CNPJ Nº 80.389.083/0001-91), nos termos da Portaria nº 130, de 10 de junho de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de União da Vitória, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.762-SEI, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.072380/2013-73, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 15.606/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 9782018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1 de maio de 2014, a permissão outorgada originalmente à Organização Rádio Colorado Ltda., nos termos da Portaria n.º 345, de 22 de maio de 1958, posteriormente transferida para a Rádio Regional Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.379-SEI, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044165/2012-00, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Mombaça, estado do Ceará, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 7.859 DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53516.014265/2018-89.

Expede autorização à BRAVO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 24.487.193/0001-15, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSON FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 7.717, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53569.002444/2018-58.

Expede autorização à JORIMA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08609047000240, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 7.733, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à (ao) CLA VIGILANCIA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 26.535.662/0001-50 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 7.818, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

Processo nº 53569.002354/2018-67.

Expede autorização à FERTIPAR FERTILIZANTES DO MARANHÃO LTDA., CNPJ nº 06191223000240, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 7.033 - Processo nº 53500.042714/2018-58.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA, CNPJ 54.022.488/0001-87, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Bárbara d Oeste/SP, até 21/12/2037.

Nº 7.041 - Processo nº 53500.042789/2018-39.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PRINCESA DO VALE LTDA, CNPJ 08.085.045/0001-18, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Açui/RN, até 29/08/2028.

Nº 7.046 - Processo nº 53500.042816/2018-73.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Rita do Passa Quatro/SP, até 24/11/2037..

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 7.134 - Processo nº 53500.037967/2018-18.

Expede autorização à INB TELECOM EIRELI, CNPJ nº 04.985.717/0001-90, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.136 - Processo nº 53500.043261/2018-87.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO JERICOACOARA LTDA, CNPJ 02.395.330/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Jijoca de Jericoacoara/CE, até 26/08/2019.

Nº 7.140 - Processo nº 53500.043269/2018-43.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA, CNPJ 13.476.833/0001-75, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itabuna/BA, até 12/05/2031.

Nº 7.148 - Processo nº 53500.043285/2018-36.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAETE SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 23.970.247/0001-36, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Caeté/MG, até 10/08/2028.

Nº 7.153 - Processo nº 53500.036067/2018-45.

Expede autorização à M. DE J. A. BRAGA COMERCIO SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 16.671.259/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.156 - Proce
Expede a
- ME, CNPJ/MF
Comunicação M
território naciona

Nº 7.159 - Proce
Outorga
FUNDAÇÃO DE
do Serviço de I
digital, na localid

Nº 7.160 - Proce
Outorga
FUNDAÇÃO DE
do Serviço de I
digital, na localid

Nº 7.161 - Proce
Outorga
MONTE ALE
03.861.679/0001-
em Frequência M
13/10/2026.

Nº 7.162 - Proce
Outorga
FM MACAUBEL
do Serviço de R
localidade de Ma

Nº 7.163 - Proce
Outorga
RUY BARBOSA
do Serviço de R
localidade de Ruy

Nº 7.168 - Proce
Outorga
SETORIAL DE L
CNPJ 60.133.972
de Televisão, u
Maringá/PR, até

Nº 7.179 - Proce
Outorga
BARBOSA EMP
14, executante d
Modulada, na loc

Nº 7.190 - Proce
Outorga
METROPOLITAN
executante do S
Modulada, na loc

Nº 7.276 - Proce
Expede
TELEFONIA L
explorar o Ser
indeterminado, e

Nº 7.286 - Proce
Expede a
nº 21.111.863/00
Multimídia, por
nacional.

Nº 7.287 - Proce
Expede
CNPJ/MF nº 1
Comunicação M
território naciona

Nº 7.288 - Proce
Expede
TELECOMUNIC
para explorar o
indeterminado, e

Nº 7.289 - Proce
Expede
TELECOMUNIC
26.772.916/0001-
Multimídia, por p

Brasília, 27 de Outubro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo n.º 53000.072380/2013-73, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 15606/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 978/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria n.º 4.762, de 14 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a permissão originalmente outorgada à Organização Rádio Colorado Ltda., nos termos da Portaria n.º 345, de 22 de maio de 1958, posteriormente transferida para a Rádio Regional Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

171238	M.I.C.A. - Mostra Itinerante de Cinema Ambiental	Educom.arte - Proj. em Ed., Com. e Cult. LTDA.	Projeto de difusão audiovisual, que visa exibir filmes de curta metragem com temática ambiental.	100.000,00
175797	IV Festival de Cinema e Transcendência	Atman Filmes e Criações EIRELI - ME	O Festival, além de filmes, traz atividades de formação que incluem oficinas e debates.	230.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R\$)
106155	Paulo Pasta - obras reunidas	Barléu Edições Ltda.	Edição de um livro que contemple a trajetória e a produção deste artista.	294.874,80
142613	17º Festival do Japão	Fed das Assoc. de Provinc do Japão no Brasil	Preservar e divulgar a cultura japonesa e manter as tradições para as novas gerações.	438.000,00
110551	Hist. do Com. - 100 anos da Câmara Port. de Com e Ind. do RJ.	Documenta Histórica Editora LTDA.	Publicação de obra de extrema importância para a história do comércio, economia e cultura carioca.	120.000,00
126292	Festival Elemento em Movimento	Rede Urbana De Ações Socioculturais	Palestras, oficinas, apresentações de Break Dance e shows musicais, abordando temas hoje em pauta.	255.000,00
123541	22º Encontro de Artes Cênicas	Serviço Social da Indústria - SESI	realização de 20 espetáculos de teatro, dança e circo e 10 oficinas em Araxá.	500.000,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO	VALOR A SER RESTITUÍDO AO FNC (R\$)
1111947	Novas Perspectivas	Grupo de Teatro Amador Cia de Teatro Contemporâneo	Oficinas de emp., marcenaria, serralheria, interpretação, circo, dança.	120.000,00	184.547,74
114395	Paixão de Cristo de Piracicaba - 2012	Associação Cultural e Teatral Garantã	9 apresentações da 23ª encenação da "Paixão de Cristo de Piracicaba".	226.000,00	41.874,37
1114619	Circuito das Frutas	Raiz Produtora de Vídeo e Eventos Culturais	Documentário sobre o Circuito das Frutas, formado por 10 municípios de SP.	47.200,00	65.948,04
086975	Oficina de Música de Curitiba	Curitiba Arte-Instituto Curitiba de Arte e Cultura	Criar mecanismo para formação e desenvolvimento, da comunidade musical.	1.000.000,00	1.537.897,80
137402	Parabéns:40 Anos COMMANCHE -Aos Ícones da Cult. da BA	Grupo Cultural Recreativo e Beneficente COMMANCHE Do Pelô	Promover o desfile do Bloco Commanches no carnaval de Salvador.	174.639,00	245.484,79
114307	Gravação do CD e DVD Clássicos com Energia	Associação Filarmônica Camerata Florianópolis	Gravação de um CD e DVD com a Camerata Florianópolis.	237.000,00	358.516,49

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

PORTARIA Nº 703, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

193438 - O HOMEM E SUA PRÓSTATA
Monteiro & Sá Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 01.107.543/0001-75
Processo: 01400007968201935

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R\$ 534.105,00

Prazo de Captação: 04/12/2019 à 31/12/2019

Resumo do Projeto: Este projeto se destina a viabilizar os ensaios, montagem e temporada na cidade de São Paulo da comédia teatral O HOMEM E SUA PRÓSTATA (Produtor Principal). Como produto secundário/contrapartida social realizaremos workshop/Palestras para o público em geral, com foco nos alunos e professores da rede pública de ensino.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152019120400009

9

9

CNPJ/CPF: 07.420.116/0001-29
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/10/2019 à 31/12/2019

PORTARIA Nº 705, DE

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de custos relacionados no(s) anexo(s) desta Portaria, autorizada(s) a captar recursos, mediante doação, artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 27 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

191270 - III Viva o Folclore
FERNANDO ROHNELT DURANTE
CNPJ/CPF: 340.589.239-20

Cidade: Ponta Grossa - PR;

Valor Reduzido: R\$ 63.891,60

Valor total atual: R\$ 143.220,00

191309 - II Mostra Cultural de Caçador

SANSON GESTAO CULTURAL E ESPORTIVA LTDA

CNPJ/CPF: 26.590.754/0001-32

Cidade: Lages - SC;

Valor Reduzido: R\$ 21.182,70

Valor total atual: R\$ 297.984,39

192561 - Um Conto de Natal

ASSOCIACAO DE BALLET DO RIO DE JANEIRO

CNPJ/CPF: 42.141.721/0001-61

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Reduzido: R\$ 524.100,00

Valor total atual: R\$ 1.723.480,50

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

184964 - Vale da Música - 2ª edição

FUTURA FONTE MIDIA DE RESPONSABILIDADE

CNPJ/CPF: 16.899.316/0001-05

Cidade: Curitiba - PR;

Valor Reduzido: R\$ 224.509,33

Valor total atual: R\$ 3.691.755,11

RET

Na portaria nº 0002/19 de 02/12/2019, Seção 1, página 15, referente ao Projeto 'Onde se lê: Prazo de Captação: 03/12/2019 à 31/12/2019'.

Ministério da Cultura Inovações e

GABINETE

PORTARIA Nº 4.861-SEI,

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, Tecnologia e Inovação, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 113, § 1º, do Regulamento do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1959, e o art. 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o art. 53900.012766/2014-63, invocando as razões de fato e de direito, resolve: MCTIC, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.234/2014, e a Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve: Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 113, § 1º, do Regulamento do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1959, por dez anos, a partir de 25 de novembro de 1962, Guaporé Radiodifusão Ltda., nos termos da publicação no Diário Oficial da União de 6 de janeiro de 1962, n.º 551 de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 6 de janeiro de 2004, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de áudio e vídeo do município de Nerópolis, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão de áudio e vídeo do município de Nerópolis, estado de Goiás, será reger-se-á pelo Código Brasileiro de Regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020, Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado digitalmente por [nome] que institui a

Brasília, 17 de Agosto de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 53900.012766/2014-63, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 8156/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 537/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria n.º 4861/SEI, de 19 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 4 de dezembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de novembro de 2014, a permissão outorgada à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. (CNPJ N.º 03.801.058/0001-22), nos termos da Portaria n.º 161, datada em 4 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2003, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 551 de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nerópolis, estado de Goiás.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Brasília, 5 de Agosto de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação o Processo Administrativo n.º 01250.062692/2017-57, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3328/2020/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 207/2020, da Consultoria Jurídica atuante neste Ministério, acompanhado da Portaria nº 139 de 24 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2020, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de setembro de 2018, a permissão outorgada à Rádio FM Norte Comunicação Ltda. (CNPJ nº 31.707.540/0001-33), nos termos da Portaria nº 459, de 29 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 30 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Boa Esperança, estado do Espírito Santo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo ao Senhor, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o Decreto n.º 13.844, de 18 de junho de 2019, e o que consta do Processo Administrativo nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e o que consta do Processo Administrativo nº 13.844, de 18 de junho de 2019, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC, e o Parecer Jurídico n.º 195/2020, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de dezembro de 1963, a concessão de 5 anos, a partir de 30 de junho de 2013, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE de Mococa, nos termos da Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 29 de junho de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão por ondas modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é regida, disciplinada e reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus decretos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Administração, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO SALUSTINO MESQUITA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Brasília, 5 de Agosto de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação o Processo Administrativo n.º 53000.007560/2013-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 195/2020, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 140 de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2020, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2013, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 30 de junho de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo ao Senhor, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.
Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.744/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.059834/2018-80, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária dos Produtores de Alimentos Artesanais e Artesanatos de Itapagipe - PROARTI, CNPJ nº 08.230.080/0001-83, cuja sede se situa na Rua Sete, nº 1013, Centro, na localidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.745/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.067064/2018-49, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao Centro Cultural de Comunicação de Jaibaras - CCCJ, CNPJ nº 24.982.009/0001-03, cuja sede se situa na Rua do Comércio, nº 79, Bairro Jaibaras, na localidade de Sobral, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.749/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.068485/2018-97, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao Instituto de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitário de Taperuaba, CNPJ nº 20.232.595/0001-18, cuja sede se situa na Rua Galdino Pinto, nº 88, Bairro Taperuaba, na localidade de Sobral, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.893/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, IV, da Constituição da República de 1988, a Lei Federal nº 13.341/2016, art. 6º, III, o Decreto nº 5.371/2005, art. 38, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.030638/2019-12, invocando as

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 7.007/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.060997/2019-96, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Social Santa Maria - ACSM, CNPJ nº 24.512.123/0001-01, cuja sede se situa na Rua Santa Maria, nº 100, Bairro Motas, na localidade de Sobral, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 7.086/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.060997/2019-96, resolve:

Art. 1º Alterar a designação do canal nº 193, de 02 de abril de 2012, DOU de 03 de maio de 2012, para "Serviço de Radiodifusão Comunitária e Imagens Digital (RTVD)" para "Serviço de Radiodifusão Comunitária" na localidade de Florianópolis/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 7.158/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.060997/2019-96, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o disposto no art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, a autorização de uso do canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz, para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, em combinação com o art. 25, III, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Processo Administrativo nº 53900.0064/2019-01, Nota Técnica nº 23685/2019/SEI-MCTIC, c/c a Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC.

Art. 2º Renovar, de acordo com o disposto no art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, a autorização de uso do canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz, para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, em combinação com o art. 25, III, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Processo Administrativo nº 53900.0064/2019-01, Nota Técnica nº 23685/2019/SEI-MCTIC, c/c a Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC.

Art. 3º A execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 7.224/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.030638/2019-12, invocando as



Brasília, 17 de Agosto de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.006464/2014-56, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 23685/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1160/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 7158/SEI, de 10 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2020, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Rádio Aquarela Cearense Ltda. (inscrita no CNPJ sob o nº 02.372.728/0001-70), nos termos da Portaria nº 1.066, de 26 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 1º de julho de 2002, chancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 309, de 2004, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 13 de julho de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Miraíma, estado do Ceará.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

FIM DO DOCUMENTO